

estudos AVANÇADOS

Informativo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – ano III – nº 20 – maio de 1991



Representatividade política na América Latina

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (foto) faz dia 4 de junho, às 17h, no IEA, a *Conferência do Mês* sobre "La Crisis de Representatividad Política en América Latina". Quijano é autor dos livros "Cultura y Dominación" (1980) e "Modernidad, Identidad e Utopia en América Latina" (1988). Foi fundador do Centro de Investigaciones Sociales do Peru e professor da Universidade do Estado de Nova York.

Política industrial

Em abril, a Área de Política Científica e Tecnológica organizou uma mesa-redonda para discutir as diretrizes do Programa de Competitividade Industrial (PCI), anunciado em junho de 90 pelo governo federal. O PCI, disseram alguns especialistas, será colocado em prática em setores dinâmicos em que os empresários se sintam estimulados e com a promoção de uma ampla reforma tributária. Outro ponto questionado no evento é a ênfase que o PCI dá ao crescimento baseado nas exportações, sem considerar as especificidades e necessidades do mercado interno. Pág. 8

Biologia molecular

Advances in Molecular Biology of the Thyroid Gland" é o tema do simpósio que o IEA realiza dia 28 de maio com Marc Parmentier, Bruce Weintraub, Reed Larsen e Enrique Silva. Pág. 4.

● As características dos pólos tecnológicos foram analisadas por José Adelino Medeiros em palestra feita no campus de Piracicaba. Pág. 7

O Brasil e o pós-Golfo

É fundamental para o Brasil ter uma estratégia de inserção internacional. Isso é necessário para o País ter influência nos fóruns mundiais e um relacionamento profícuo com os megamercados em formação. Essa foi uma das conclusões do seminário "O Brasil e a Ordem Internacional Pós-Golfo". Pág. 2



Jorge Maruta/Agência USP

Paulo Nogueira Batista:
"A vitória sobre o Iraque não instaura uma nova ordem mundial"

● O uso de recursos computacionais na biologia molecular tem-se acentuado, sobretudo na análise de DNA, RNA e proteínas. Pág. 7

● Leia nesta edição sobre os eventos das Áreas e Grupos do IEA previstos para maio e junho. Todos eles são abertos ao público. Págs. 4 e 5

O Brasil e o pós-Golfo

É essencial para o Brasil ter uma estratégia de atuação internacional baseada em princípios e valores, para poder participar do processo de tomada de decisões dos fóruns mundiais. Isso é uma exigência também para um relacionamento proveitoso com os megamercados em constituição (CEE, América do Norte e Ásia-Pacífico). Essa foi uma das principais conclusões do seminário "O Brasil e a Ordem Internacional Pós-Golfo", realizado dia 25 de abril no IEA.

O objetivo do seminário foi discutir as conseqüências políticas e econômicas da Guerra do Golfo e do quadro conflituoso que ainda persiste na região, avaliando seu impacto na situação brasileira. Participaram, além dos docentes convidados, diplomatas, especialistas em relações internacionais, cientistas políticos, pesquisadores de comércio exterior e energia, representantes dos governos federal e estadual, jornalistas e empresários. A realização do evento contou com a colaboração do Núcleo de Estudos da Violência da USP e do jornal "Folha de S. Paulo".

A guerra e as relações internacionais

Para Paulo Nogueira Batista, ex-embaixador do Brasil na ONU, onde foi presidente do Conselho de Segurança, o resultado da Guerra do Golfo não altera a relação mundial de forças no plano político, econômico ou mesmo militar. "Não se justifica, assim, ver a vitória norte-americana como um divisor de águas na história das relações internacionais, a partir do qual se definiria um novo equilíbrio, uma nova ordem mundial." Batista afirmou que uma ordem regional dificilmente dispensará garantias de estabilidade que só uma presença militar norte-americana pode no momento oferecer. Entretanto, a durabilidade dessa ordem no Oriente Médio "dependerá, em última análise, da estabilidade dos regimes autocráticos, de esquerda e de direita, com os quais será negociada".

A suspensão dos princípios

Oliveiros Ferreira, professor titular da FFLCH/USP e diretor do jornal "O Estado de S. Paulo", sustentou que os princípios internacionais e do direito de guerra não foram suspensos durante o conflito no Golfo Pérsico. "Seguramente, não os de guerra, obedecidos como poucas vezes foram, a começar por aquele fundamental, de que a guerra tem um objetivo político, e aquele outro, segundo o qual o comandante-chefe no campo de operações está subordinado ao comandante políti-

O ex-senador Severo Gomes, atual secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, lembrou que até a Primeira Guerra Mundial a ordem mundial era aquela estabelecida pela Inglaterra. "Entre as duas grandes guerras não houve nenhuma ordem mundial, econômica ou política, simplesmente pela inexistência de uma força que lhe garantisse a existência. Depois da Segunda Guerra foi edificada a ordem que dura até hoje. Instrumentos de poder como o FMI, Banco Mundial, BID e o GATT, sob a hegemonia americana, disciplinaram as relações econômicas, servindo aos interesses das forças predominantes."

Severo Gomes considera que foi justamente no período entreguerras que o Brasil deu seu grande salto no processo de industrialização, a partir de recursos e iniciativas internas.

co." Ferreira disse que se fala em suspensão dos princípios porque se teme que a "Pax Americana" se estabeleça contra os países que não têm poder de barganha na cena internacional.

Opinião oposta sobre a suspensão ou não dos princípios foi manifestada por Paulo Sérgio Pinheiro, professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP e diretor científico do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Para ele, durante o conflito no Golfo ocorreu uma dis-

solução do respeito aos princípios do direito. Ele considerou criminosas as milhares de missões aéreas da força multinacional, bem como os ataques dos scuds iraquianos à população civil de Israel, a discriminação pelo governo israelense do acesso da população palestina aos meios de defesa, o tratamento dado aos prisioneiros pelo Iraque e a recusa de fiscalização da Cruz Vermelha Internacional.

O historiador Ricardo Seitenfus, professor visitante do IEA, comentou a atuação da ONU na crise do Golfo. A entidade não se constitui em um órgão supranacional detentor de um poder comum, mas sim em uma justaposição de Estados que estabeleceram mecanismos de cooperação, afirmou. "Enquanto esses mecanismos não forem transformados em instrumentos de ação da comunidade, como tal, não podemos esperar da instituição outro caminho que não seja aquele ditado pelo interesse nacional dos membros permanentes do Conselho de Segurança (EUA, URSS, China, França e Inglaterra)."

Condições para a paz

Existem dois problemas que perduram há algum tempo na região e que contribuíram decisivamente para a eclosão do conflito, segundo Renato Janine Ribeiro, professor do Departamento de Filosofia da FFLCH/USP. Um é a questão palestina e o outro, a apropriação por alguns xeques e sultões de parte substancial da riqueza petrolífera do Oriente Médio.

Ribeiro visualiza dois cenários para o trato desses problemas: aproveitar o momento atual para a instituição de um Estado palestino; a segunda possibilidade, "infelizmente a mais plausível", é a das pequenas mudanças: "algo, é certo, terá de se fazer no tocante a Israel e aos palestinos, mas se fará menos. E possivelmente pouco ou nada se fará pelos povos do Golfo".

Para o jurista Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da USP, o fato de a União Soviética ser próxima ao Golfo faz dela um ator diretamente interessado na região. Também no caso da Europa, pela sua proximidade, suas relações com o Maghreb e a forte presença econômica de populações muçulmanas, os problemas que ocorrem no Oriente Médio além de envolverem

política externa constituem também questões de política interna. Para Lafer, isso justifica a dificuldade de uma presença unipolar (norte-americana) na região.

Lafer disse que a questão palestina não é o único problema que pode perdurar como um fator de tensão permanente. "Um problema novo que se inseriu na agenda internacional é o dos curdos, que estava pendente assim como o dos armênios."

O comércio e o fluxo de capitais

Para Roberto Gianetti da Fonseca, presidente da Silex Consultoria Financeira e Participações, as consequências econômicas não foram tão explosivas ou marcantes quanto se apregoava. "O caos foi evitado e a vida econômica da maioria das nações não foi tão seriamente atingida. Até mesmo se anuncia, atualmente, uma retomada do crescimento econômico e do emprego nas economias centrais."

Ele acredita que o cenário de estabilidade no mercado mundial de petróleo no período pós-Golfo abre boas perspectivas para o comércio internacional. "A curto prazo, o fluxo principal de capitais europeus, americanos e japoneses deverá correr para a recuperação e expansão da produção petrolífera, com ênfase no Oriente Médio. Em segundo lugar, esse fluxo se dirigirá para a expansão das economias do Leste Europeu, no processo de privatização e modernização deste vasto e novo contingente de consumidores em pleno continente europeu."

O embaixador Celso Nunes Amorim, chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, alertou para o papel cada vez maior do conhecimento

científico e tecnológico na produção, "a tal ponto que o aumento do valor agregado de certos bens e serviços não acarreta necessariamente um aumento na demanda por recursos naturais e insumos industriais".

Diante desse quadro internacional, Amorim considera que "as perspectivas para países como o Brasil no curto prazo não são brilhantes". Para ele, o cenário que está se delineando deixa antever pouca margem de manobra para os países em desenvolvimento: "Além de enfrentarem problemas como os da perda de dinamismo das exportações de produtos primários e de produtos manufaturados tradicionais, baseados seja em recursos naturais, seja em mão-de-obra barata, sofrem ainda com a redução dos fluxos financeiros internacionais e têm cada vez mais reduzido o seu acesso a tecnologias de ponta."

A questão energética

O professor Rogério Cesar de Cerqueira Leite, do Instituto de Física da Unicamp, enviou o texto "O Petróleo e a Ordem Política Internacional". Nele, Cerqueira Leite afirma que a Guerra do Golfo teve de fato uma motivação econômica apreciável. "Para calculá-la bastaria identificar o diferencial entre os preços desejados pelos 'duros' da Opep e aqueles consentidos pelo mercado comprador nos momentos de desorganização máxima daquela entidade."

Segundo Cerqueira Leite, com esse diferencial, uma década de preços convenientes para os países do hemisfério norte permitirá uma economia de um trilhão de dólares, se a estrutura de produção e de consumo atual puder se manter como está.

O professor David Zylbersztajn,

do Instituto de Energia e Eletrotécnica (IEE) da USP, apontou cinco razões para a estabilização do preço do petróleo entre 18 e 21 dólares nos próximos cinco anos: a) improvável revigoração da Opep para atuar como cartel; b) a alta excessiva tornaria rentáveis jazidas petrolíferas e formas de energia até então inexploradas ou inviáveis (o que não interessa à Opep); c) a baixa excessiva acarretaria, a médio e longo prazos, a quebra de reservas exploradas e a desaceleração de programas de conservação de energia (o que não interessa aos países importadores); d) tendência de menor crescimento dos países desenvolvidos nos próximos anos; e) forte pressão para a redução das emissões oriundas de combustíveis fósseis, o que deverá induzir a busca de formas de energia alternativas ao petróleo.

A necessidade brasileira

Carlos Eduardo Lins da Silva, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA) e jornalista da "Folha de S. Paulo", disse que a primeira lição do conflito no Golfo para o Brasil é que os serviços de informação do governo brasileiro precisam apurar melhor a qualidade de seu produto. O mais importante para Lins da Silva é a necessidade de o País definir sua inserção diante do novo cenário geopolítico internacional. "É preciso criar canais de colocação do Brasil junto à Comunidade Européia e saber jogar com os interesses do Japão e EUA, para tirar da disputa pela hegemonia da economia mundial que será travada entre esses três blocos o máximo proveito para o País."

Segundo o professor Jacques Marcovitch, diretor do IEA, os impasses no controle da inflação, a falta de investimentos e a pendência da dívida externa têm absorvido a atenção do governo e das elites brasileiras, "dificultando uma ação internacional consequente e necessária para a inserção do País no contexto mundial".

Para Marcovitch, a Guerra do Golfo está suspensa mas os conflitos continuam. "Ela permitiu visualizar de forma clara os mecanismos de articulação na nova geopolítica internacional. Cabe aos países periféricos, entre eles o Brasil, apreender esta nova dinâmica e delinear sua estratégia. Uma estratégia baseada em ações concertadas setorialmente e regionalmente."

Os textos apresentados pelos expositores do seminário estão publicados no caderno "O Brasil e a Ordem Internacional Pós-Golfo", nº 15 da Série Assuntos Internacionais da Coleção Documentos, à venda na sede do IEA.



Jorge Maruta/Agência USP

Os participantes discutiram o impacto na situação brasileira das consequências políticas e econômicas da Guerra do Golfo

CONFERÊNCIA DO MÊS

A crise na América Latina

"La Crisis de Representatividad Política en América Latina" é o tema da Conferência do Mês que o sociólogo peruano Aníbal Quijano, professor visitante da Área de História das Ideologias e Mentalidades, fará dia 4 de junho, às 17h, no IEA. Antes, no dia 21 de maio, às 10h, ele dará a palestra "La Questión de América Latina".

Quijano disse que nenhum país da América Latina está livre do problema da reconstituição do poder. "As opções são cada vez mais pantanosas, sobretudo em regiões de conflito e de recessão

econômica", afirmou. Na sua opinião, a virtual desintegração social causada pelo desemprego, narcotráfico, guerra civil e regimes autoritários possibilita a intervenção externa.

Para ele, a América Latina entra em seu 5º Centenário como uma questão aberta. "A crise latino-americana não é somente a mais profunda, como também a mais longa em relação às anteriores", disse. Neste momento, segundo ele, a América Latina é vítima da batalha que se trava nos países desenvolvidos pela hegemonia mundial.

Biologia molecular da tiróide

A Área de Biologia Molecular do IEA realiza o simpósio "Advances in Molecular Biology of the Thyroid Gland" no dia 28 de maio, às 14h30, no Anfiteatro do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB II) da USP.

Participam como expositores os pesquisadores Marc Parmentier (Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica), Bruce Weintraub (Institutos Nacionais de Saúde dos EUA), Reed Larsen e Enrique Silva (ambos da Escola de Medicina da Universidade Harvard, EUA).

Os quatro tiroidologistas trabalham

na identificação e caracterização dos genes importantes no funcionamento da tiróide. A identificação desses genes contribui para a melhor compreensão da fisiologia e fisiopatologia da glândula, bem como de diferentes aspectos de biologia celular e molecular.

O simpósio focalizará dois temas principais: a expressão do gene da tireotrofina (TSH) e do seu receptor na glândula tiróide e a clonagem do gene da 5' desiodase, enzima que transforma o pró-hormônio tiroxina (T4) no hormônio biologicamente ativo triiodotiroxina (T3).



Os tiroidologistas Reed Larsen, Enrique Silva e Bruce Weintraub

Urbanização

Em junho, o IEA realiza o seminário "Urbanização e Metropolização na América Latina". Segundo a professora Rebeca Scherer, do Grupo de Estudos Urbanos e coordenadora do evento, o objetivo do seminário é atualizar as informações sobre os estudos de história e de teoria da urbanização latino-americana.

O seminário terá quatro palestras: dia 5, às 9h, "Nuevas Estrategias Alternativas para las Políticas del Desarrollo Regional en América Latina", com

Alejandro Rofman, do Centro de Estudios Urbanos y Regionales da Argentina; dia 7, às 14h, "La Integración Centroamericana y el Papel de las Organizaciones de la Sociedad Civil", com Mario Lungo Ucles, da Confederación Universitaria Centroamericana da Costa Rica; dia 11, às 14h, "El Rol de la Tecnología en la Reproducción de la Ciudad Latinoamericana", com Suzana Finquelievitch, do Centro de Estudios Urbanos y Regionales da Argentina; dia 14, às 15h, "El Proceso de la Fundación Urbana Hispanoamérica", com Francisco de Solano, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas da Espanha.

PROGRAMAÇÃO IEA - MAIO/JUNHO - 1991

DATA	HORÁRIO	TEMA	CONFERENCISTA	ÁREA/GRUPO
21/5	10h	LA QUESTIÓN DE AMÉRICA LATINA	Aníbal Quijano (Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru)	Assuntos Internacionais
23/5	9h	O PODER MUNICIPAL E O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	Marcos Mendonça (Vereador da Câmara Municipal de São Paulo)	Política Científica e Tecnológica
24/5	10h	PROJETO DE LEI - PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	Paul Singer e Arnaldo Madeira (Presidente da Câmara Municipal de São Paulo)	Estudos Urbanos
24/5 e 14 e 28/6	16h	TEMAS EM CIÊNCIA COGNITIVA (ciclo de seminários)	Henrique Del Nero (coordenador)	Ciência Cognitiva e Psicobiologia
28/5	14h30	ADVANCES IN MOLECULAR BIOLOGY OF THE THYROID GLAND ¹ (simpósio)	Gerhard Malnic (coordenador)	Biologia Molecular
4/6	17h	LA CRISIS DE REPRESENTATIVIDAD POLÍTICA EN AMÉRICA LATINA	Aníbal Quijano (Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru)	Conferência do Mês
5/6 7/6 11/6 14/6	9h 14h 14h 15h	URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA (ciclo de seminários)	Rebeca Scherer (coordenadora)	Estudos Urbanos
11/6	8h30	EXTERNAL DEBT AND ITS IMPLICATIONS FOR TRADE AND INVESTMENT IN DEVELOPING COUNTRIES	Percy Mistry (Oxford University, Inglaterra)	Assuntos Internacionais
19/6	15h	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ÁSIA-PACÍFICO ²	Amaury Porto de Oliveira e Helena Hirata	Assuntos Internacionais e Política Científica e Tecnológica

Local: sede do IEA, exceto: 1. Anfiteatro do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-II); 2. Campus da USP em São Carlos. Os eventos são abertos ao público e não necessitam de inscrição.

EM SÃO CARLOS

Indústria e trabalho no Oriente

Amaury Porto de Oliveira e Helena Hirata (fotos abaixo) serão os expositores do seminário "Desenvolvimento Industrial e Organização do Trabalho na Ásia-Pacífico", que acontecerá dia 19 de junho, às 15h, no campus da USP em São Carlos.

O diplomata Amaury Porto de Oliveira, embaixador do Brasil em Cingapura, desenvolve

no IEA pesquisa sobre a evolução socioeconômica, depois da Segunda Guerra, dos países da orla asiática do Pacífico. A socióloga Helena Hirata, do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França, realiza atualmente no Instituto um estudo comparado dos modelos japoneses, franceses e brasileiro de organização do trabalho.



Dívida externa e desenvolvimento

O professor Percy Mistry, do International Development Centre da Universidade de Oxford, Inglaterra, faz dia 11 de junho, às 8h30, no IEA, a palestra "External Debt and Its Implications for Trade and Investment in Developing Countries", dentro do programa de atividades da Área de Assuntos Internacionais.

Doutor em finanças internacionais pela Universidade de Toronto, Canadá, Mistry foi consultor financeiro do Banco Mundial. No momento, ele dirige no

Centro de Estudos de Finanças, Indústria e Comércio de Oxford projetos de pesquisa sobre mobilização de recursos internos e externos e avaliação dos processos de privatização na África. É também um dos quatro pesquisadores de Oxford que atuam como consultores do governo chinês para política fiscal e reforma financeira de longo prazo.

Entre seus trabalhos publicados recentes estão "Official Debt: An Escalating Burden" (1990) e "The Problem of Official Debt Owed by Developing Countries" (1989).

O IEA na Rádio USP

Aos sábados, às 14 horas, a Rádio USP (FM 93,7) transmite o programa "Uma Janela Para o Mundo", produzido pelo IEA. Cada programa discute um tema científico-cultural diferente, com a presença de especialistas convidados.

estudos
AVANÇADOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Conselho Diretor: Jacques Marcovitch (diretor), Alfredo Bosi (vice-diretor), Carlos Guilherme Mota, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic e Paul Singer.
Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Afonso Beltrão Junior. Redação: Mauro Marcos de Oliveira Belles (jornalista responsável), Dario Borelli e Marco Antonio Coelho. Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, CEP 05508, São Paulo, SP. Telefone: 813-3222, ramais 2519 e 2730. Telefax: 211-9563. Serviços gráficos: Coordenadoria de Comunicação Social da USP.

Relações Norte-Sul



O cientista político Hartmut Elsenhans

O cientista político alemão Hartmut Elsenhans, da Universidade de Konstanz, fez palestra no início de abril no IEA sobre "As Novas Dinâmicas nas Relações-Norte", atividade integrante da programação da Área de Assuntos Internacionais.

Segundo Elsenhans, há uma crise do desenvolvimento baseado na iniciativa distributiva e paternalista governamental. "Essa crise é econômica e ideologicamente agravada pela morte do socialismo real." Para ele, o fim do Segundo Mundo como categoria política leva ao fim político do Terceiro Mundo.

Ele disse que novos processos de regionalização estão ocorrendo no Terceiro Mundo. Isso se deve, na sua opinião, ao fato de os países industrializados não terem necessidade mais de "clientes", contentando-se com governos capazes de manter a paz. Também enfatizou o fato de o processo de mobilidade continuar, apesar das inovações técnicas no mundo desenvolvido.

Ele não descarta a possibilidade de comprometimento do sistema mundial a partir da generalização das tendências de subconsumo do Terceiro Mundo. A alternativa seria, a seu ver, a extensão dos princípios do "welfare state" aos países subdesenvolvidos.

Elsenhans destacou o surgimento de um novo mercado composto pela classe média, que não almeja por empregos no setor público. Essa nova classe média terá dificuldade em encarar a cooperação como uma alternativa estratégica na relação com outros países do Terceiro Mundo. "Além disso, ela não irá realmente abolir o Estado distributivo e paternalista, mas ocupá-lo finalmente."

Ele não exclui a possibilidade de uma crise maior, motivada pelo novo papel da classe média do Terceiro Mundo e devido ao provável aumento, nos países desenvolvidos, da desintegração da tradicional classe trabalhadora baseada na estrutura política.

Avaliação da política econômica

O professor Guilherme Leite Dias, da Faculdade de Economia (FEA) da USP, disse que o atual governo sofre os males do excesso de expectativa criado voluntariamente pelos seus planos de estabilização econômica. O governo aspira que seja aprovada grande parte das medidas previstas no Projeto de Reconstrução Nacional, para através disso recuperar a capacidade de liderança sobre o processo político. Dias fez essa avaliação durante a mesa-redonda "O Primeiro Ano do Governo Collor: Balanço e Perspectivas", realizada pela Área de Política e Economia no dia 16 de abril.

Dias apontou o ajuste fiscal como uma ferramenta que deverá ser negociada pelo governo para transformar o sistema produtivo e redirecionar os gastos públicos. A desmontagem da atual estrutura fiscal envolve mudanças substanciais na arrecadação de tributos federais (PIS, Finsocial, IOF) e na distribuição coerente dos encargos com estados e municípios. "Tecnicamente seria uma unificação da base de arrecadação de todos os tributos indiretos, conservando a característica de imposto sobre o valor adicionado mas transferindo a coleta da origem da produção para o consumo."

O cientista político Eduardo Kugelmas, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), condenou a forma pela qual o presidente Fernando Collor de Mello

conduziu o seu primeiro ano de governo. Segundo ele, Collor substituiu o diálogo com os setores representativos da sociedade pela utilização da mídia, principalmente eletrônica.

"A tentativa de executar um programa de governo que se quer liberal, por via autoritária, foi golpeada pelo recrudescimento da inflação, perversamente combinada com a recessão e o desemprego", disse Kugelmas. Na sua opinião, a possibilidade da sociedade discutir as 73 medidas contidas no "Projeto", bem como a antecipação da reforma constitucional, representa o início da busca do diálogo.

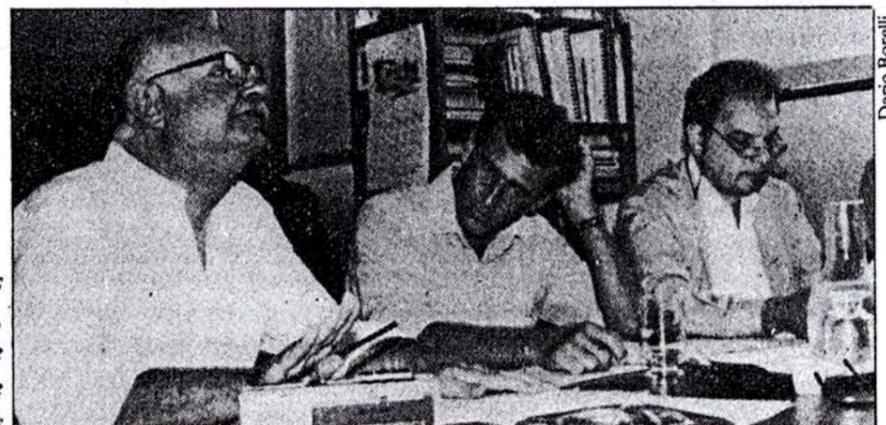
A equipe econômica obteve "sucesso nos fracassos" de combater a inflação durante o primeiro ano do governo Collor, afirmou o economista Joaquim Eloy Cirne de Toledo, professor da Faculdade de Economia da USP (FEA).

"Tanto o Plano Collor I como o II são instrumentos conjunturais, transitó-

rios. Seu objetivo não seria combater o problema essencial — a aceleração inflacionária —, mas permitir a convivência com ela. Seu papel esgota-se, portanto, na redução transitória do nível de inflação. Deste ponto de vista, eles foram e são, efetivamente, um sucesso".

O economista disse que a sua visão do processo inflacionário o leva a argumentar de maneira diferente de muitos observadores da economia brasileira, que acreditam que a administração Collor fracassou em sua tentativa de combater a inflação.

Para ele, os desequilíbrios no setor público e os conflitos distributivos requerem mudanças estruturais na economia para serem solucionados. Tais mudanças teriam dois objetivos: o equilíbrio fiscal do setor público e o aumento dos níveis de salário real dos trabalhadores sindicalizados, sem recursos a formas inflacionárias.



Os professores
Eduardo Kugelmas,
Joaquim Eloy Cirne de
Toledo e Guilherme
Leite Dias

As aplicações da computação na biologia molecular foram discutidas no dia 24 de abril pelo professor Imre Simon, do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP, na palestra "Computação em Análise de Sequências", organizada pela Área de Biologia Molecular do IEA.

Simon disse que está ocorrendo em nível mundial grande crescimento na aplicação da teoria da computação na biologia molecular, especialmente quanto à análise de seqüências. Esse tipo de análise propicia a descrição de moléculas de DNA (ácido desoxirribonucléico), RNA (ácido ribonucléico) e proteínas através de seqüências lineares de poucas letras.

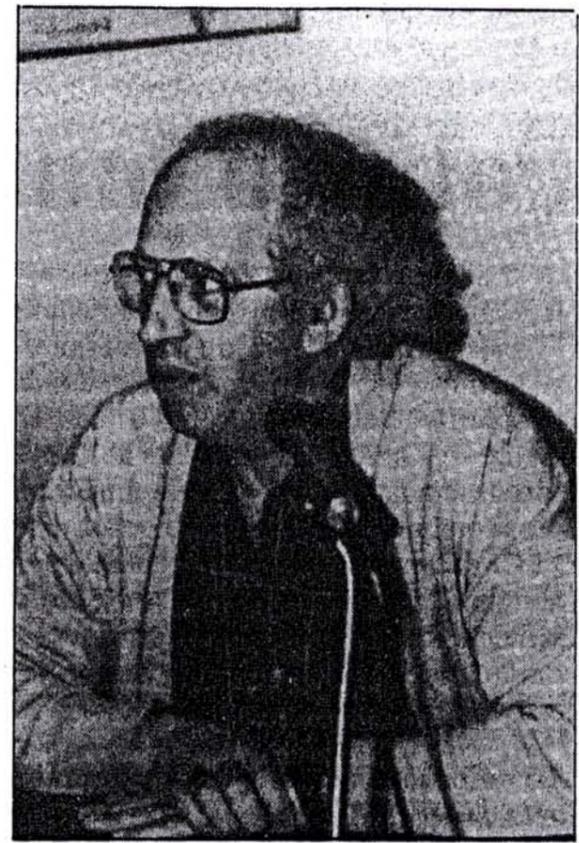
Segundo Simon, o interesse na aplicação da computação nesse trabalho se deve à dificuldade que a análise de seqüências apresenta. Em geral, as seqüências são muito longas (no caso do genoma humano, que contém todas as características genéticas de uma pessoa, estima-se que atinja 3×10^9 letras perfiladas). "É preciso algum tratamento

Análise de seqüências

de máquina para a análise, apesar de não estar claro se há computadores capazes de fazê-lo atualmente."

Outra característica importante das seqüências que as tornam atraentes para o especialistas em computação é a quantidade de informações que elas possuem, disse Simon. "Elas esclarecem a codificação genética e o mecanismo de reprodução das características genéticas dos seres vivos. Elas permitem ainda o estudo de doenças ocasionadas por mutação de seqüências, a pesquisa da síntese de novas macromoléculas, bem como a origem comum de determinadas macromoléculas."

Durante a palestra Simon apresentou alguns exemplos de questões de análise de seqüência passíveis de tratamento computacional. Segundo ele, existem muitos programas para esse tratamento, inclusive para utilização em PCs. "Grande parte do software existente é de distribuição gratuita."



O professor Imre Simon

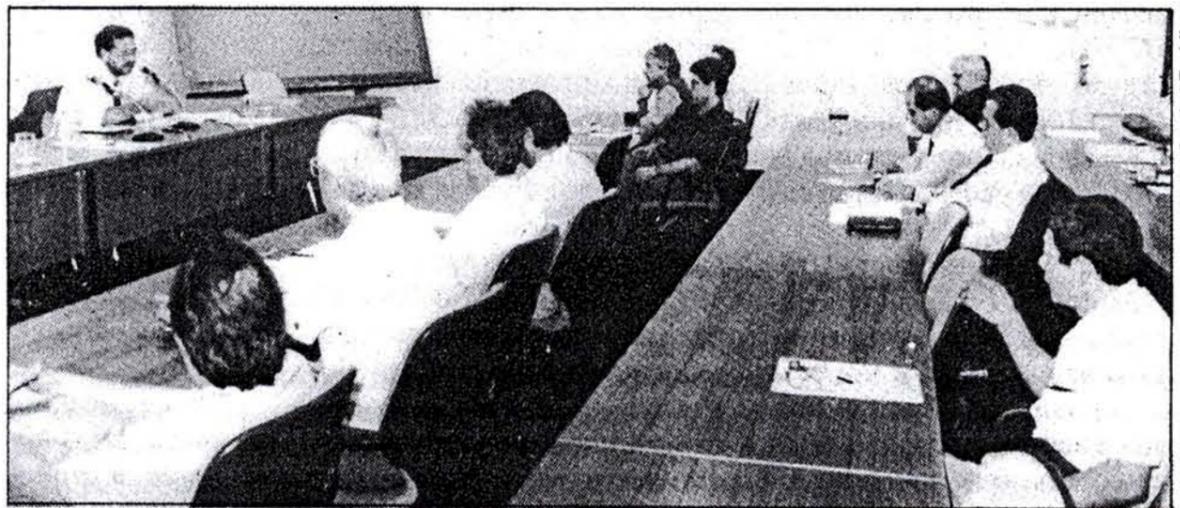
Oswaldo J. dos Santos/Agência USP

A configuração dos pólos tecnológicos

José Adelino Medeiros, pesquisador visitante do IEA, discutiu o conceito, a estrutura e a formatação dos pólos tecnológicos em palestra no campus da USP em Piracicaba, no dia 24 de abril, para professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, empresários e secretários municipais.

Medeiros fez um relato sobre a configuração dos pólos tecnológicos de São José dos Campos, Campinas, Santa Rita do Sapucaí, Curitiba, Campina Grande, Florianópolis e São Carlos. Ele ressaltou "que o pólo tecnológico dá forma à interação sistematizada entre as instituições de ensino e pesquisa, de um lado, e as empresas, de outro". Com o governo, em seus diversos níveis, sendo o terceiro parceiro, "pois existe uma relação estreita entre as novas tecnologias e as áreas consideradas estratégicas em diversos países".

O principal objetivo dos pólos, segundo Medeiros, é agregar as ações dos parceiros envolvidos no processo de inovação tecnológica e, conseqüentemente, facilitar e acelerar o surgimento



José Adelino Medeiros: "Não existe um modelo para os pólos"

Bolly Vieira/Spavieri Estúdio

de produtos, processos e serviços onde a tecnologia é o principal insumo de produção.

Os pólos que ele analisou abrangem os setores aeroespacial, bélico, novos materiais, eletrônica, informática, telecomunicações, química-fina, automação industrial, mecânica de precisão, ótica e instrumentação. Medeiros ressaltou que nos anos 90, entretanto, a ciência e a tecnologia deverão ser utilizadas na resolução de problemas sociais. "Setores que estavam à margem, como, por exemplo, a saúde e a agricultura, passam a ocupar posições estratégicas, e temos que identificar formas de integração entre o setor produtivo agrícola, as universidades e o governo, visando a formação de futuros

pólos tecnológicos."

Não existe um modelo para os pólos, disse Medeiros. A partir de análises e estudos feitos dos pólos existentes no Exterior e no Brasil, e observando-se a realidade de cada local, a produção científica e tecnológica das universidades e a disponibilidade dos empresários, "pode-se desenvolver a estrutura mais conveniente, levando-se em conta também a necessidade do envolvimento dos órgãos governamentais".

(Marisa Wildner, assessora de Comunicação da Prefeitura do Campus da USP em Piracicaba)
O texto "As Novas Tecnologias e a Formação dos Pólos Tecnológicos Brasileiros", de José Adelino Medeiros, é o caderno nº 5 da Série Política Científica e Tecnológica da Coleção Documentos, à venda na sede do IEA.

PRESENCAS

● Perry Kendall, secretário de Saúde de Toronto, Canadá, visitou o IEA no dia 26 de abril, sendo recebido pela direção do IEA e pelos coordenadores do Grupo de Estudos Urbanos. Na ocasião, Kendall explicou o programa "Cidades Saudáveis", projeto de promoção de saúde desenvolvido no Canadá e Europa.

● A cientista política norte-americana Margaret E. Reck, professora da Universidade Yale, EUA, esteve em abril no Instituto, tendo entrevistado o professor Aziz Ab'Sáber, coordenador da Área de Ciências Ambientais, sobre a história dos movimentos ambientalistas no Brasil.

Política industrial

Fabio Stefano Erber, professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEI-UFRJ), criticou o Programa de Competitividade Industrial (PCI) durante a mesa-redonda "Política de Competitividade Industrial no Brasil: Tendências e Avaliação", realizada dia 12 de abril, no IEA. Segundo ele, o programa não leva o País a um padrão de desenvolvimento diferente do governo anterior. O PCI foi anunciado em junho de 90 pela ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, como um dos instrumentos de implementação da política industrial e de comércio exterior do governo Collor. O programa tem duas finalidades básicas:

a) o desenvolvimento dos setores de tecnologia de ponta, entre os quais informática, química fina, biotecnologia, mecânica de precisão e novos materiais; b) a reestruturação dos setores industriais e de serviços que possam alcançar preços e qualidade com padrões internacionais.

Na opinião de Erber, "trata-se de um plano de crescimento baseado nas exportações, mas o Brasil é um país de dimensões continentais, cuja vocação natural é crescer com base no mercado interno". Para ele, o volume das exportações de produtos industriais brasileiros é bastante pequeno e envolve apenas setores pouco competitivos no mercado internacional.

Wilson Suzigan, diretor do Núcleo de Economia Industrial e de Tecnologia da Unicamp, concordou com a opinião de Erber, qualificando como "simplista e ingênua" a posição do governo de generalizar o modelo exportador. "Não se trata simplesmente de contrapor esse modelo ao de crescimento com distribuição de renda, mas sim de levar em conta as especificidades de cada setor industrial, de forma a não reduzir a questão do desenvolvimento tecnológico ao objetivo simplista de modernizar e automatizar para poder exportar".

Olívio Ávila, presidente da Associação Nacional de

Pesquisa e Desenvolvimento Industrial (Anpei), analisou as medidas tomadas pelo governo federal para impulsar o PCI. "O governo se empenha em definir ações de apoio ao programa, voltadas para as áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D)". Ele disse ter dúvidas se o setor privado está preparado para assumir o novo modelo de desenvolvimento industrial, o avanço tecnológico e a redução da interferência do Estado. "Sinto uma preocupante inércia no setor privado", afirmou.

Para que o setor privado responda aos estímulos do governo, é preciso que haja estabilização macroeconômica no País, disse Carlos Rocha, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicom). "A competitividade é impossível dentro de um clima de carga tributária altíssima se comparada a qualquer país do mundo", enfatizou. Ele disse ser natural a posição do setor privado de adotar estratégias defensivas para sustentar as suas posições de mercado antes de assumir compromissos de médio e longo prazos.

Roberto Villas Boas, presidente da Associação dos Institutos de Pesquisas Tecnológicas (Abipti), disse que estagnaram os volumes de recursos orçamentários destinados aos laboratórios dos institutos de pesquisas tecnológicas associados à Abipti. "No centro de P&D da Vale



Mesa-redonda crítica a ênfase que o PCI dá à exportação

do Rio Doce, por exemplo, houve mudanças substanciais, com o corte de 50% de pessoal", revelou. Segundo ele, isso é um reflexo da falta de programas de desenvolvimento tecnológico. "Na verdade, nunca fizemos desenvolvimento tecnológico no Brasil, a não ser em áreas industriais específicas, em empresas como a Metal Leve, Embraer, Petrobrás e Telebrás. Mas são exemplos isolados."

"O que se aplica em ciência e tecnologia no Brasil corresponde a pouco mais do que investido em algumas dezenas de quilômetros de estradas", disse Ennio Candotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Embora acredite que a universidade deva cooperar com o programa de competitividade industrial do governo, Candotti defende como prioridade a luta pela sobrevivência das instituições acadêmicas e institutos de pesquisas. "Na situação em que nos encontramos é puro devaneio imaginar que possamos colaborar de forma efetiva com o governo", argumentou.

Helena Hirata, coordenadora do evento e pesquisadora visitante do IEA, introduziu no debate questões relativas aos modelos internacionais de organização do trabalho. "Tais modelos, por apresentarem soluções originais para o problema da qualidade, indicam pistas para o desenvolvimento de uma produção flexível, com mão-de-obra qualificada e polivalente, capaz de responder à variação e à complexidade crescentes de uma demanda criada pelo mercado internacional."

Ela fez uma apresentação sumária do paradigma fordista e de três casos de organização industrial frequentemente vistos como alternativa a ele: o caso sueco na produção em média série; o caso italiano no setor de produção de bens de capital especiais sob encomenda; e o caso japonês na produção em massa. "A análise desses modelos deve ser levada em consideração na busca de um redirecionamento da política industrial e de mudanças significativas nas relações de trabalho."

Lançamento

No dia 24 de maio, às 18h, o IEA realiza em sua sede o lançamento do número 10 da revista Estudos Avançados. Com essa edição, a revista completa o seu quarto ano de vida.